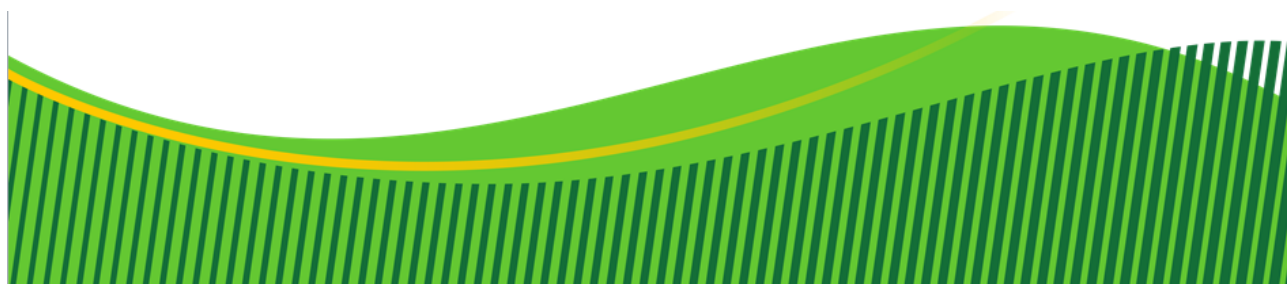


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Molinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina- Sicredi Sul SC (anteriormente denominada "Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina")
Criciúma - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina- Sicredi Sul SC (anteriormente denominada "Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina") ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina- Sicredi Sul SC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-8



Danielo Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	278.354	221.186	CIRCULANTE	100.206	73.318
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.554	4.031	DEPÓSITOS (NOTA 12)	62.456	47.846
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	27.508	15.190	Depósitos à Vista	53.155	44.865
Carteira Própria	27.508	15.190	Depósitos a Prazo	9.301	2.981
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	93.238	87.116	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	19.202	12.075
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	10	2	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	10	4
Correspondentes no país	16	173	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	19.192	12.071
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	93.212	86.941	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	355	237
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	137.599	104.641	Recursos em Trânsito de Terceiros	355	237
Operações de Crédito	142.628	109.349	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	1.356	1.360
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.029)	(4.708)	Empréstimos País - Outras Instituições	1.356	1.360
OUTROS CRÉDITOS	11.809	9.244	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.837	11.800
Créditos por Avais e Fianças Honrados	8	-	Cobrança e Arrecadação de Tributos	70	34
Rendas a Receber	277	272	Sociais e Estatutárias	954	595
Diversos (NOTA 08)	11.666	9.085	Fiscais e Previdenciárias	580	545
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(142)	(113)	Diversas (NOTA 15)	15.233	10.626
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	1.646	964			
Outros Valores e Bens	1.627	934			
(Provisão para desvalorização)	(4)	-			
Despesas Antecipadas	23	30			
NÃO CIRCULANTE	69.664	43.730	NÃO CIRCULANTE	203.583	161.247
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	69.664	43.730	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	203.583	161.247
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	712	274	DEPÓSITOS (NOTA 12)	197.542	159.554
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	712	274	Depósitos a Prazo	197.542	159.554
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	58.864	34.722	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	936	89
Operações de Crédito	61.405	36.927	Repasse Interfinanceiros	936	89
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.541)	(2.205)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	5.105	1.604
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	13	9	Diversas	5.105	1.604
Diversos	13	9			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	3.568	3.569	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.229	30.351
Outros Investimentos	3.568	3.569	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	25.145	20.418
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	4.189	3.036	De Domiciliados no País	27.959	23.664
Outras Imobilizações de Uso	7.516	5.686	(Capital a Realizar)	(2.814)	(3.246)
(Depreciação acumulada)	(3.327)	(2.650)	RESERVAS DE SOBRAS	16.238	8.577
INTANGÍVEL (NOTA 11)	2.318	2.120	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.846	1.356
Outros Ativos Intangíveis	4.165	3.439			
(Amortização acumulada)	(1.847)	(1.319)			
TOTAL DO ATIVO	348.018	264.916	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	348.018	264.916

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.158	-	23.158	44.623	-	44.623	36.222	1	36.223
Operações de Crédito	22.049	-	22.049	42.265	-	42.265	34.870	1	34.871
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.109	-	1.109	2.358	-	2.358	1.352	-	1.352
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(10.137)	(39)	(10.176)	(22.582)	(76)	(22.658)	(22.588)	(59)	(22.647)
Operações de Captação no Mercado	(7.343)	(9)	(7.352)	(16.419)	(21)	(16.440)	(16.676)	(11)	(16.687)
Operações de Empréstimos e Repasses	(614)	(30)	(644)	(1.258)	(55)	(1.313)	(1.162)	(48)	(1.210)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.180)	-	(2.180)	(4.905)	-	(4.905)	(4.750)	-	(4.750)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.021	(39)	12.982	22.041	(76)	21.965	13.634	(58)	13.576
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.571)	474	(7.097)	(11.832)	806	(11.026)	(8.610)	679	(7.931)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.921	1.644	4.565	5.291	2.881	8.172	3.805	2.241	6.046
Rendas de Tarifas Bancárias	2.392	-	2.392	4.466	-	4.466	3.398	-	3.398
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.154)	(352)	(7.506)	(13.633)	(607)	(14.240)	(10.148)	(425)	(10.573)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(6.298)	(591)	(6.889)	(11.400)	(1.085)	(12.485)	(9.581)	(809)	(10.390)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(44)	(96)	(140)	(68)	(163)	(231)	(38)	(167)	(205)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	5.322	40	5.362	11.948	54	12.002	11.790	106	11.896
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(4.710)	(171)	(4.881)	(8.436)	(274)	(8.710)	(7.836)	(267)	(8.103)
RESULTADO OPERACIONAL	5.450	435	5.885	10.209	730	10.939	5.024	621	5.645
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.347	2	1.349	1.498	(2)	1.496	733	(3)	730
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.797	437	7.234	11.707	728	12.435	5.757	618	6.375
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	78	78	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	41	41	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	37	37	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.797	515	7.312	11.707	728	12.435	5.757	618	6.375
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	728	(728)	-	618	(618)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.797	515	7.312	12.435	-	12.435	6.375	-	6.375
DESTINAÇÕES	-	-	-	(9.589)	-	(9.589)	(5.019)	-	(5.019)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.454)	-	(1.454)	(1.203)	-	(1.203)
Fates - Estatutário	-	-	-	(474)	-	(474)	(226)	-	(226)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.167)	-	(6.167)	(2.939)	-	(2.939)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(646)	-	(646)	(651)	-	(651)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(848)	-	(848)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.846	-	2.846	1.356	-	1.356

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	17.836	4.452	535	22.823
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	535	(535)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.242	-	-	3.242
Baixas de capital	(1.827)	-	-	(1.827)
Resultado do período	-	-	6.375	6.375
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(226)	(226)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.939	(2.939)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.167	-	(1.203)	(36)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	651	(651)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	20.418	8.577	1.356	30.351
Mutações do Período	2.582	4.125	821	7.528
Saldos no início do período em 01/01/2017	20.418	8.577	1.356	30.351
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.339	-	(1.339)	-
Outras destinações	-	-	(17)	(17)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.672	-	-	3.672
Baixas de capital	(1.702)	-	-	(1.702)
Resultado do período	-	-	12.435	12.435
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(474)	(474)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.167	(6.167)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.418	-	(1.454)	(36)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	646	(646)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	848	(848)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	25.145	16.238	2.846	44.229
Mutações do Período	4.727	7.661	1.490	13.878
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	22.292	8.577	5.123	35.992
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.025	-	-	2.025
Baixas de capital	(590)	-	-	(590)
Resultado do período	-	-	7.312	7.312
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(474)	(474)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.167	(6.167)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.418	-	(1.454)	(36)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	646	(646)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	848	(848)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	25.145	16.238	2.846	44.229
Mutações do Período	2.853	7.661	(2.277)	8.237

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.948	13.915	8.735
Resultado do semestre/exercício	7.312	12.435	6.375
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(364)	1.480	2.360
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(474)	657	1.247
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	4	4	(58)
Provisão para desvalorização de outros créditos	22	29	19
Depreciação do imobilizado de uso	382	697	585
Amortização do intangível	259	527	308
Baixas do ativo permanente	20	25	120
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(76)	(27)	317
Destinações ao FATES	(474)	(474)	(226)
Dividendos SicrediPar	(27)	42	48
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(4.393)	(4.439)	9.689
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(320)	(439)	(223)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.089)	(12.319)	(15.190)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	6.342	(8)	3
Redução em relações com correspondentes	348	158	484
(Aumento) em operações de crédito	(48.370)	(57.757)	(39.488)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	6.386	7.974	4.936
(Aumento) em outros créditos	(2.231)	(2.639)	(2.333)
(Aumento) em outros valores e bens	(611)	(687)	(300)
Aumento em depósitos	27.507	52.598	62.982
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(397)	118	(172)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(84)	(4)	(311)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(98)	(226)	(53)
(Redução) Aumento em outras obrigações	8.224	8.792	(646)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.555	9.476	18.424
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.457)	(1.874)	(917)
Aplicações no Intangível	(404)	(725)	(629)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.861)	(2.599)	(1.546)
Integralização de capital	2.025	3.672	3.242
Baixa de capital	(590)	(1.702)	(1.827)
Juros ao capital próprio	(36)	(36)	(36)
Distribuição de Sobras	-	(17)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.399	1.917	1.379
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.093	8.794	18.257
Caixa e equivalente de caixa no início do período	97.673	90.972	72.715
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	99.766	99.766	90.972

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/07/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(22.666)	19	(22.647)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.769)	19	(4.750)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.912)	(19)	(7.931)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(10.401)	11	(10.390)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(8.073)	(30)	(8.103)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	6.554	4.031
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	93.212	86.941
Total	99.766	90.972

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	712	274
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	712	274
Total realizável a longo prazo	712	274

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	27.508	15.190
Total circulante	27.508	15.190

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	113.887	50.485	164.372	117.804
Financiamentos	9.485	9.988	19.473	16.233
Financiamentos rurais e agroindustriais	19.256	932	20.188	12.239
Carteira total	142.628	61.405	204.033	146.276

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	8	-	8	-
Devedores por compra de valores e bens	11	12	23	12
Títulos e créditos a receber (i)	10.089	1	10.090	6.978
Total	10.108	13	10.121	6.990

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	81.848	77.391	409	387
Nível B	1,00	93.254	41.129	966	411
Nível C	3,00	23.997	20.099	720	603
Nível D	10,00	7.608	6.414	761	641
Nível E	30,00	2.501	2.857	750	857
Nível F	50,00	1.144	1.941	572	971
Nível G	70,00	893	931	625	652
Nível H	100,00	2.909	2.504	2.909	2.504
Total (i)		214.154	153.266	7.712	7.026

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira		
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias			
Pessoas Físicas	841	10.164	7.944	8.285	27.234	21.543	
Rural	-	2.186	17.070	932	20.188	12.239	
Industrial	206	16.472	7.939	8.089	32.706	22.620	
Comércio	480	23.729	23.883	25.367	73.459	53.268	
Outros Serviços	400	20.112	21.310	18.745	60.567	43.596	
Total	1.927	72.663	78.146	61.418	214.154	153.266	

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	20.936	9,78	15.435	10,07
50 devedores seguintes	60.972	28,47	43.057	28,09
100 devedores seguintes	42.016	19,62	31.261	20,40
Demais	90.230	42,13	63.513	41,44
Total	214.154	100	153.266	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	7.026	5.760
Constituição de provisão	4.905	4.750
Movimentação de baixados para prejuízo	(4.219)	(3.484)
Saldo final	7.712	7.026

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.748 (2016 - R\$ 1.178), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 2.495 (2016 - R\$ 3.006).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	57	49
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.119	1.129
Devedores por compra de valores e bens	11	3
Devedores por depósitos em garantia	47	30
Impostos e contribuições a compensar (ii)	147	100
Títulos e créditos a receber	10.089	6.978
Operações com cartões	32	18
Pendências a regularizar	17	9
Outros	147	769
Total Circulante	11.666	9.085

Devedores por compra de valores e bens	12	9
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	13	9

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se basicamente ao processo judicial transitado em julgado, cuja a decisão do STJ pela inconstitucionalidade da contribuição previdenciária sobre as verbas trabalhistas indenizatórias (adicional de 1/3 de férias, aos 15 primeiros dias de auxílio doença e ao aviso prévio indenizado).

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.624	914
Imóveis	1.455	797
Veículos e afins	169	117
Material em estoque	3	20
Despesas antecipadas	23	30
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(4)	-
Total Circulante	1.646	964

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 4 de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	2.018	2.018
Sicredi Participações S.A.	1.548	1.548
Outras Participações e Investimentos	2	3
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Outros Investimentos	-	1
Total	3.568	3.569

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	502.150 ON	502.150 ON	2	2	2.017.754	2.017.754
	1.046.231 PN	1.046.231 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,18%	0,18%	1,22%	1,27%	0,57%	0,57%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	1.548	1.548	2	2	2.018	2.018

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	7.516	(3.327)	4.189	3.036
Imobilizações em curso	-	183	-	183	156
Instalações	10%	2.657	(970)	1.687	1.088
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.181	(929)	1.252	985
Sistema de comunicação	10%	90	(40)	50	41
Sistema de processamento de dados	20%	1.847	(1.163)	684	580
Sistema de segurança	10%	375	(162)	213	151
Sistema de transporte	20%	183	(63)	120	35
Intangível (i)		4.165	(1.847)	2.318	2.120
Investimentos Confederação		4.165	(1.847)	2.318	2.120
Total		11.681	(5.174)	6.507	5.156

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	53.155	-	-	53.155	44.865
Depósitos a prazo	2.217	7.084	197.542	206.843	162.535
Total	55.372	7.084	197.542	259.998	207.400

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	19.192	12.071
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	19.192	12.071
Total circulante	19.192	12.071
Recursos do Crédito Rural	936	89
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	936	89
Total exigível a longo prazo	936	89

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	1.356	1.360
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.356	1.360
Total circulante	1.356	1.360

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	-	160
Provisão para pagamentos a efetuar	2.767	1.673
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	495	522
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	220	117
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	96	165
Atualização dívida subordinada cooperados (ii)	42	-
Pendências a regularizar	110	67
Operações com cartões	10.038	6.823
Demais fornecedores	235	275
Credores diversos	1.230	824
Total circulante	15.233	10.626
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	5.105	1.604
Total exigível a longo prazo	5.105	1.604

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	227	97	(163)	161
Cível	295	252	(213)	334
Total	522	349	(376)	495

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	161	227
Cível	Provável	334	295
Total		495	522

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 435 e R\$ 576 (2016 - R\$ 1.079 e R\$ 524), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	25.145	20.418
Total de associados	18.300	16.771

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.727 (2016 – R\$ 2.582), sendo R\$ 2.757 (2016 – R\$ 1.167) via integralização de resultados e R\$ 3.672 (2016 – R\$ 3.242), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.702 (2016 – R\$ 1.827).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.454, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2017 a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.546 (R\$ 768 em dezembro de 2016), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". Sendo que dessa receita o valor de R\$ 848 não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinada para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2017 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, "c" e "d"), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	12.435	6.375
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(5.223)	(2.678)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	28	5
Provisão PPR	14	11
Receita com atos cooperativos	4.917	2.418
Juros sobre capital próprio	610	505
Outros	(346)	(261)
Subtotal	5.223	2.678
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	712	274
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	27.508	15.190
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	93.212	86.941
Outros Créditos - Rendas a receber	194	146
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.122	1.145
Investimentos (Nota 10)	3.568	3.568
Intangível (Nota 11)	2.318	2.120
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	20.128	12.160
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	1.356	1.360
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	9.981	6.683
Principal e juros dívida subordinada	5.201	1.769
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.358	1.352
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	1.009	512
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	9.569	10.322
Receita não operacional - Doação SFG	1.546	768
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	1.313	1.210
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 21)	473	439
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 23)	4.891	4.276

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	88	0,17%	63
Depósitos a prazo	2.962	1,43%	1.606
Operações de crédito	903	0,44%	742

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	1.293	930

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	278	234
Despesa de aluguéis	1.771	1.369
Despesa de comunicação	956	737
Despesa de manutenção e conservação	1.032	964
Despesa de material	262	288
Despesa processamento dados	252	174
Despesa de promoções e relações públicas	728	714
Despesa de propaganda e publicidade	306	268
Despesa de seguro	79	42
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.977	1.667
Despesa de serviços de terceiros	562	328
Despesa de serviços de vigilância e segurança	977	910
Despesa de serviços de técnicos especializados	540	459
Despesa de serviços de transportes	849	765
Despesa de viagem	56	74
Outras despesas administrativas	1.860	1.397
Total	12.485	10.390

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	682	619
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	9.398	10.012
Reversão de provisões operacionais	1.628	1.045
Outras rendas operacionais	294	220
Total	12.002	11.896

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	653	487
Contribuição O.C.E.	28	30
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	248	555
Contribuição Confederação Sicredi	3.369	2.467
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	431	413
Contribuição Sureg	-	8
Encargos da administração financeira	53	56
Repasse administradora de Cartões	323	327
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	527	311
Outras provisões operacionais	1.338	2.123
Outras despesas operacionais	1.740	1.326
Total	8.710	8.103

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	26.182	17.353
Total	26.182	17.353

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	43.615	30.765
Nível I (NI)	42.595	29.349
Capital principal - CP	42.595	29.349
Capital social	25.145	20.418
Reservas de capital	16.238	8.577
Lucros acumulados	2.846	1.356
Ajustes Prudenciais	(1.634)	(1.002)
Nível II (NII)	1.020	1.416
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	1.020	1.416
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	284.925	206.709
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	354	329
Margem de Capital (i)	13.344	10.023
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,31%	14,88%
Situação de Imobilização (Imob)	4.876	4.158
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,18%	13,51%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Erlí Silveira Lima
Diretor Executivo
CPF: 313.269.510-68

Paul Gerhard Enns
Diretor de Operações
CPF: 560.422.800-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20